

Jovens trabalhadores: educação e trabalho

Edméa Gomes da Silva Pereira*

Gilda Maria Campos Mello*

Izabel Cristina de Souza Costa Magalhães*

Resumo

A inserção prematura do jovem no mundo das finanças visa o complemento da renda familiar, a afirmação da autonomia e efetivação do valor simbólico que lhe confere o trabalho. Pouca qualificação educacional e escassas oportunidades para atuar no mercado dos negócios constituem obstáculos a esse jovem para um ofício que o satisfaça subjetivamente. Esta pesquisa aborda os dilemas desse jovem operário dividido entre aspirações subjetivas de uma profissão desejada e condições objetivas de sua ocupação. Enfoca o conflito entre trabalho real e anseio subjetivo pela educação de qualidade e as estratégias que eles utilizam para sobrepujá-lo e delinear suas identidades de trabalhadores.

Palavras-chave: Juventude. Educação. Trabalho.

Abstract

The premature insertion of young people in the world of work aims to complement the family income, the affirmation of autonomy and actualization of symbolic value which gives the work. Low educational qualifications and few opportunities in the labor market are obstacles to this young man for a job that pleases you subjectively. This research addresses the dilemmas that young workers split between subjective aspirations of a desired occupation and objective conditions of their occupation. Focuses on the conflict between real work and

* Aluna do Curso de Especialização Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (IFF- Instituto Federal de Educação-Campus Guarus/ Campos dos Goytacazes/RJ-2008/2009).

subjective craving for quality education and the strategies they use to overwhelm him and draw their own identities as workers.

Key words: *Youth. Education. Work.*

Em toda discussão que se pretenda produzir sobre a educação, deve-se ter como pressuposto as condições econômicas, políticas e sociais de um país. Quando essa mesma discussão enfoca a juventude, as especificidades suscitam um olhar cauteloso, notadamente, quando o eixo de análise busca situar os jovens pobres na relação entre trabalho e educação.

Esta pesquisa procurou apreender, de forma relacional, os aspectos preponderantes das práticas e representações dos jovens trabalhadores e estudantes, quanto à educação escolar e o trabalho, em sua transição para a vida adulta, na atualidade. Sabendo que são provenientes das camadas populares e das frações mais baixas das camadas médias que frequentam o Ensino Médio regular, no período noturno ou Educação de Jovens e Adultos, esses atores fazem parte de uma realidade complexa que denuncia outros fatores próprios da conjuntura social mais ampla como: subemprego, trabalho precário, violência, dentre outros.

Analisando os reflexos da imprevisibilidade do mercado de trabalho e das condições do ensino público e do ensino da EJA nos seus projetos de futuro e o que está sendo feito, numa perspectiva política, para que esse quadro se reverta, observou-se que o conhecimento sempre foi reservado a uma elite, aos filósofos, aos sábios, aos religiosos. Isso vem mostrar que a qualidade de ensino “privilegia a uma classe burguesa, e a educação deixa de ser um direito e passa a ser uma mercadoria, onde só tem quem pode pagar” (FREIRE, 1989, p.34). O trabalhador e seus filhos ficam excluídos desse direito limitando-se ao que lhe é oferecido, que são cursos cada vez mais rápidos e com menos qualidade, pois o seu custo tem que ser acessível ao bolso da classe trabalhadora.

A vida social produz e reproduz a todo instante e em todos os níveis, não apenas econômicos, mas também políticos e culturais, uma multiplicidade de relações contraditórias que, por sua vez, são responsáveis pela manutenção das desigualdades sociais. A escola é o local mais acessível para a manipulação do que é melhor para a classe popular, vítima de uma sociedade injusta e desigual e de um sistema que busca reproduzir, pela educação, o poder das elites políticas, econômicas e sociais do país.

A concepção de que o adulto analfabeto é causa do subdesenvolvimento de uma nação agrava ainda mais a falta de participação dessa massa, pois

considera o analfabeto um sujeito sem cultura.

Essas pessoas são produtoras de cultura a partir de suas próprias situações cotidianas, e se forem alfabetizadas irão contribuir de forma positiva para o enriquecimento da sociedade e dela mesma. Poderão ampliar sua leitura do mundo..

Nessa **“sociedade em trânsito”**, Freire procurou mostrar o papel político que uma educação pode vir a desempenhar, e desempenha sempre por meio da escola. Então perguntamos: Seria possível ampliar **“a participação consistente das massas e levar à sua organização crescente”**? E Freire (1989), dá a resposta.

A construção de uma nova sociedade não poderá ser conduzida pelas elites dominantes, incapazes de oferecer as bases de uma política de reformas, mas apenas pelas massas populares que são a única forma capaz de operar a mudança (FREIRE, 1989, p.34).

A participação histórica e precoce de jovens pobres trabalhadores na sociedade brasileira, vem configurando-se ao longo de sua trajetória, mas agrava-se nas famílias mais pobres, pois seus filhos deixam de ir cada vez mais cedo para a escola para recorrerem ao trabalho precário, muitas vezes marginal, para compor a renda familiar. Essa realidade mostra que o governo não tem sido capaz de organizar e nem possibilitar um projeto hegemônico educacional que leve a uma cidadania plena os brasileiros pobres, para que eles possam estudar e trabalhar com dignidade.

Castel (1998) alerta a sociedade para o surgimento de uma nova categoria diante das políticas neoliberais: **“a dos desfilados”**, excluídos de sua condição de cidadania, de formação adequada às exigências do mercado de trabalho, os jovens pobres de nossa sociedade atual são levados cada vez mais cedo ao trabalho precário ou a inserção no mercado do tráfico de drogas. A sociedade contemporânea é uma produção de jovens marcados pela violência e pela não cumprida lei que se refere aos seus direitos.

O jovem pobre e os entraves para acompanhar o avanço tecnológico

O mundo atual assiste ao resultado deste longo processo histórico de formação de uma civilização complexa e diferenciada na qual diversos grupos procuram conquistar os direitos ou manter privilégios e as possibilidades de acesso à produção de bens e aos mecanismos de distribuição desses bens na sociedade.

Os jovens pobres contemporâneos são frutos de populações excluídas ou carentes que não têm acesso aos bens produzidos e isso agrava o caráter contraditório e revelador da escola para com eles.

A educação passa por reformas ideológicas que visam “proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho” (Art.1º inciso II da Lei nº 9.394/96). Mas devemos lembrar que houve uma divisão desse trabalho e de sua exploração, que ao melhorar a igualdade e a liberdade dos trabalhadores numa parte do mundo, agravou as condições de vida do trabalhador da outra parte. E se analisarmos, essa questão é refletida na desvalorização do ensino da massa popular, que “necessita”, segundo a elite, do “mínimo” para exercer suas funções no trabalho.

No início do século XIX, Antoine Louis Claude Desttut de Tracy, em 1802, expunha aquilo que historicamente vem se concretizando:

Os homens de classe operária têm desde cedo a necessidade do trabalho de seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e, sobretudo o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas (...). Os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; têm muitas coisas para aprender para alcançar o que se espera deles no futuro (DESTITUT DE TRACY, 1802 apud FRIGOTTO, 1987, p.15).

Seria possível mudar a escola sem mudar as relações sociais em que ela se constitui e de que é constituinte? Para a classe trabalhadora seria melhor não disputar o direito à escola pública? Num pequeno livro – *A educação para além do capital* –, Istvan Mészáros (2005) oferece-nos uma reflexão densa e crítica sobre os limites e equívocos das visões liberais e utópico/liberais da educação. Trata-se de visões que ligam os processos educacionais aos processos sociais de reprodução. Porém, sem rupturas nas relações sociais que estão sob o controle do sistema capitalista, não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional. Sob as relações sociais capitalistas, a educação funciona, predominantemente, como sistema de internalização dos conhecimentos, valores e cultura funcionais à reprodução da desorganização do metabolismo do sistema capitalista.

Dessa forma percebe-se, que a escola encobre diferenças e discriminações, passa por cima de perseguições e injustiças, cuja superação torna necessária uma ação particular, dirigida e organizada.

(...) as elites vêem a escola como solução para mobilidade social, a distribuição de renda e o progresso de todos e de cada um. Esta idealizada perspectiva de melhoria de condições dos excluídos se daria sem afetar os riscos, numa desresponsabilização pela pobreza, desigualdade e com a transferência da responsabilidade para o Estado (CURY, 2000, p. 39)

O estado por sua vez, trabalha para o aumento da exclusão, quando oferece gratuidade ao Ensino Fundamental “obrigatório,” para crianças de 6 a 14 anos. O que não implica a todas essas crianças estarem realmente na escola e muito menos a garantia de que concluirão os nove anos de escolaridade, ou ainda quantos sairão ao menos alfabetizadas, pois muitos ficam como alfabetizados funcionais, o que as incluem de qualquer forma, na exclusão do ensino. Tratando de novas populações que sofrem hoje de um déficit de integração, tais como, os desempregados de longa geração e os jovens mal escolarizados em busca de emprego, a extensão desse percurso apresenta, entretanto, um grave perigo. Ela desconhece o seu próprio perfil.

Próprio desses novos públicos, e sua diferença irredutível aquele da clientela clássica da ação social. Clientela essa que se caracteriza por um déficit pessoal que a tornou inapta a seguir o regime comum (deficiência, desequilíbrio psicológico, “desadaptação social”...). Mas a maior parte da população com problemas não é de inválido o de deficiente, mas de pessoas que se tornaram inválidas pela conjuntura: é a transformação recente das regras social do jogo econômico que as marginalizou (CASTEL, 1995 apud CURY, 2000, p. 30)

Há uma grande necessidade de conhecimentos e da produção de conhecimentos novos para aplicar aos processos produtivos. Isto decorre da ideia de que todas as nações visam o mesmo objetivo. Que tudo depende apenas de sua organização interna para alcançá-lo, e a teoria que atribui os reveses nessa marcha a “entraves”, ou seja, às dificuldades advindas de uma constituição inadequada, tanto dos recursos naturais, quanto dos agentes econômicos, como, por exemplo, do modo capitalista de produção que está estabelecido. A história da escola tem um antagonismo que, inicialmente, era comum e coletivo, mas, logo, a sociedade divide-se em classes: uma que explora e domina a outra. Essa divisão atinge e marca questões educacionais e o papel da escola. A classe dominante é a que pensa, e a que obedece é a que faz mais esforço, usando os músculos do seu corpo.

O estudo das diferenças entre nações e das diferenças entre setores e regiões de uma mesma nação deve mostrar que não é possível determinar um princípio geral nem construir um modelo único de educação que sirva de comparação para toda e qualquer sociedade. O processo histórico tem revelado como tendência marcante de diferenciação e complexidade da sociedade, como o da pequena diferenciação social existente nas sociedades tribais e as diferentes civilizações que passaram por diversos processos que a levaram a formar os mais diferentes grupos, que começaram a se distinguir por etnia, nacionalidade, religião e profissão e, de forma mais acentuada, por classe social. A caminho das sociedades foram se formando vários grupos, cada um com uma função, um conjunto de direitos, deveres, obrigações e possibilidades de ação social.

Os entraves que deparamos para o desenvolvimento educacional dos excluídos de nossa sociedade são advindos de uma sociedade inadequada de nossas instituições educacionais, causado tanto pelos agentes naturais, quanto pelos agentes econômicos.

A Constituição Federal diz no Artigo 214, que no Plano Municipal de Educação, as ações do Poder Público, articuladas e integradas, devem estar voltadas para a universalização do atendimento escolar, erradicação do analfabetismo, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e produção científica e tecnológica do país, para que o aluno das escolas públicas acompanhe as mudanças do mundo globalizado.

Essas mudanças que se impõem ao processo, conteúdo e postos de trabalho, derivadas da flexibilização e integração ao novo paradigma produtivo, requerem outras alternativas, que orientem a formação do trabalhador, fazendo emergir modelos cuja ênfase recai menos na necessidade dos saberes técnicos e mais na mobilização para resolução de problemas, tendendo, portanto, à individualização, em que a produção de atributos compatíveis com o novo momento é disseminada, assim como estes são exigidos do novo trabalhador. Alia-se a isso o fato de que à educação passa a atribuir significado e centralidade em razão daquilo que pode favorecer, segundo os próprios organismos internacionais, em termos de sua contribuição ao desenvolvimento econômico.

É perversa a dimensão ideológica com que se reveste a qualificação profissional ou preparação para o mercado de trabalho. Face à inexistência de postos de trabalho, é no nível do discurso que mais se “vende” o ideário presente nas mudanças paradigmática do sistema produtivo, “comprado” por distintos sujeitos na sociedade, incluindo o estado, as empresas, os trabalhadores. O que se verifica é que no caso das juventudes mais carentes, e, especialmente, nos projetos e programas de qualificação profissional,

dada a inexistência de postos de trabalho e de mecanismos reais e eficientes que vinculem estes programas a outros, está nos atributos pessoais a maior ênfase da preparação para o mercado financeiro.

Pressupõe-se de que a atuação voluntária possibilita aos jovens a chance de desenvolver percepção, sensibilidade, flexibilização, capacidade de reflexão e interpretação da realidade social; autoestima, iniciativa e confiança em si mesmos; capacidade de escolha e de tomada de decisão; habilidade de conviver e trabalhar cooperativamente; habilidade de associar-se com adultos com base na parceria, apreciação e respeito mútuos.

A idéia de igualdade não é uma idéia facilmente aceitável na cultura humana. Desde as mais antigas civilizações, o homem busca suas diferenças: de origem, de classe social, e até educacional. “Hoje as antigas somam-se as atuais inclusões limitadas, umas e outras ainda presentes e segregacionistas. Ao racismo limita o negro, ao preconceito e reduz o índio, a discriminação e atinge o migrante, há que acrescentar as novas exigências, cuja negação, mantém a velha tradição excludente” (CURY, 2000, p. 93).

No que se referem à capacitação dos jovens, os projetos estipulam carga horária dividida em núcleos distintos de formação, organizados em termos de habilidades básicas e específica, ou básica e de gestão, além da prática de atuação do jovem na comunidade. Dessa maneira, o primeiro momento da capacitação contempla abordagem de temas que busquem despertar a autoestima do jovem, o protagonismo juvenil, desejando permitir que eles entendam seu poder de transformação. Para tanto, suas programáticas devem compor temas e conteúdos que estimulem também o jovem na construção de um projeto pessoal.

O trabalho como princípio educativo

O trabalho como **princípio educativo** deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência, e outras esferas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos. Evita-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros. Estes, na expressão de Gramsci, podem ser considerados **mamíferos de luxo** – seres de outra espécie que acham natural explorar outros seres humanos.

O trabalho como princípio educativo, então, não se confunde com técnicas didáticas ou metodológicas no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político¹. Dentro desta perspectiva o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito porque o homem é um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural transformando-o em bens necessários à sua produção e reprodução.

A experiência e os conhecimentos gestados na produção da vida articulam-se com o conhecimento e valores desenvolvidos na escola. Ao mesmo tempo, há para os burgueses uma necessidade imperiosa de instruí-los para melhor capacitar-se para o exercício das funções de dirigente na construção de uma sociedade nova.

No cenário atual e com relação às oportunidades de inserção no mercado de trabalho, mesmo considerando-se que o trabalho para os jovens pobres se constitua numa das poucas oportunidades de mobilidade social, há na divisão do trabalho uma reprodução do tipo de ocupação direcionada a esta parcela da juventude. Ocupações que afetam, expressivamente, os que possuem pouca escolaridade, baixa qualificação, diante das “(...) vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho” (POCHMANN, 2004, p. 231).

Diante desse contexto, contempla-se aqui um olhar que recai sobre o processo de constituição da formação profissional no Brasil. Vê-se que aspectos de ordem econômica e política vão desenhando um perfil de trabalhador frente aos paradigmas que definem, na atualidade, o cenário econômico do país, forjado, inclusive, e historicamente, por diferentes rostos de juventude. Recai sobre o jovem pobre uma concepção de trabalho e de educação que reafirma os lugares sociais desses sujeitos na dinâmica do capital.

Embora a diversidade juvenil esteja presente em todas as classes sociais, tais aspectos indicam, além do caráter não homogêneo, para diferentes

¹ Realçamos este aspecto, pois é frequente reduzir o trabalho como princípio educativo à ideia didática ou pedagógica do *aprender fazendo*. Isto não elide a experiência concreta do trabalho dos jovens e adultos, ou mesmo das crianças, como uma base sobre a qual se desenvolvem processos pedagógicos ou mesmo a atividade prática como método pedagógico. Uma das obras clássicas sobre o trabalho como elemento pedagógico é a de Pistrak (1981). Em vários países, inclusive no Brasil, há uma rede de escolas que utiliza a “pedagogia da alternância” como estratégia pedagógica. Trata-se de experiências do meio rural onde os jovens passam um período na escola e outro praticando determinadas atividades em suas casas.

modos de ser e estar jovem em nossa sociedade que, historicamente, vem modelando e fabricando a cisão entre o trabalho intelectual e o manual.

Nesse campo da dualidade, sabe-se que a composição da economia brasileira alterou, sensivelmente, ao longo do século XX, na medida em que a sociedade deixa de ser um polo meramente agroexportador, ensaiando os primeiros passos rumo à industrialização, redefinindo, conseqüentemente, a estrutura da divisão social do trabalho.

Refletindo essa tendência dominante, tinha-se a formação dos que necessitavam trabalhar, produzir os meios de existência, dando-se no próprio processo de trabalho, ao passo que a formação dos que não necessitavam produzir os meios de vida dava-se fora do trabalho, em um espaço e tempo próprios, assumindo, contraditoriamente, o caráter de sistema de aperfeiçoamento e reciclagem, dissociado do sistema educacional.

A partir dos anos de 1990, período do ajuste neoliberal no Brasil, e consonante ao processo de reestruturação produtiva e do avanço tecnológico, a educação profissional adquire novos contornos ao exigir, e com maior impacto para os jovens que se encontram na condição mencionada acima, um conhecimento mais aprofundado do processo de produção. Tarefas repetidas e parceladas vão sendo substituídas por uma nova configuração na estrutura do mercado de trabalho que solicita um novo perfil de trabalhador, para todos os setores da economia. Agora, as exigências voltam-se para as habilidades e competências individuais que permitam aos trabalhadores adaptar-se à produção flexível. Pode-se destacar dentre algumas:

Qualificação do trabalhador, associada à ênfase na educação básica, na construção de sujeitos polivalentes, encontra-se intrinsecamente associada (...). Trata-se, certamente, de um rejuvenescimento da teoria do capital humano, na medida em que a defesa da necessidade de associada às perspectivas neoconservadoras de ajuste econômico-social e educacional frente às novas exigências do mercado de trabalho. (FRIGOTTO, 2003).

Para Ferreti (1997), no bojo dessas transformações, há uma tendência de reformulação nas propostas de educação básica, com forte impacto no ensino profissional, no corpo teórico da Lei 9394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, capitaneadas por organismos internacionais e com forte expressão do Banco Mundial. Tais reformas educacionais passam a objetivar e a adequar o sistema educacional às novas demandas da economia.

Aqui, a educação se reafirma como o único instrumento, em resposta à pobreza, propiciador para o desenvolvimento econômico e produtivo. Nesse véu de esperanças que se propõe “integrador”, restaria apenas à escola redimensionar sua função integradora, na medida em que o “(...) desenho das políticas educacionais deveria orientar-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis” (GENTILLI apud FRIGOTTO, 2002, p. 89). Assim, o que se assenta e se germina nesse cenário é o sujeito flexível, necessário e produtivo ao capital (HARVEY, 1993), mas gerador de distintas consequências quando o foco passa a ser, em especial, o jovem pobre, baixa remuneração, excessivas jornadas de trabalho, dificuldade para conciliar trabalho e escola, altas taxas de desemprego aliada às exigências do mercado, e evocando a exclusão uma relação de dissonância entre o que o mercado solicita e o que a educação básica oferece.

A participação histórica e precoce de jovens pobres trabalhadores é revelador não apenas de como a sociedade brasileira vem configurando-se ao longo da sua trajetória, mas do agravamento que potencializa nas famílias pobres a entrada cada vez mais recorrente de seus filhos no trabalho precário, marginal e até em atividades do tráfico de drogas, para compor a renda familiar. Mesmo em atividades em que predomina um mínimo de escolarização e de conhecimentos, tem-se uma relação de incompatibilidade entre trabalho e escola. Uma realidade que impulsiona para os bancos escolares noturnos, braços e corpos juvenis imersos no cansaço, no sono, na concentração inexpressiva e, marcadamente, na ausência de tempo para dedicar-se aos poucos conhecimentos produzidos em sala de aula.

Além dessa realidade, predomina uma situação de pobreza que acaba determinando, além do ingresso do jovem no trabalho precoce, uma “exclusão moral” da escola formal, haja vista uma produção de evasão dos espaços escolares quando os jovens buscam no trabalho alguma forma de rendimento e, por outro lado (relembrando o que já foi citado no corpo do texto), uma forma de pertencimento, no sentido proposto por Castel (1998).

O que torna, inclusive, essa mesma realidade para a juventude, em especial para os jovens pobres, mais vulneráveis socialmente. Diante desse cenário que os colocam em situação de grande vulnerabilidade, existe o risco concreto de estes serem absorvidos, na realidade brasileira, pelos segmentos mais marginalizados do setor informal (POCHMANN, 1998).

Assim, frente às atuais exigências postas pelo mercado de trabalho, pautadas nas políticas neoliberais, o referido autor alerta para o surgimento de uma nova categoria: a dos desfiliaados, como já citado à cima, na tentativa de explicar as novas formas de exploração e de exclusão do capitalismo que mesmo para os trabalhadores qualificados, a inserção e a manutenção destes no emprego não estarão garantidas.

Considerações finais

Os estudos acima apontam para a crise da escola diante da juventude que não encontra muitas alternativas de enfrentamento das desigualdades multiplicadas e a importância de aprofundamento das pesquisas em torno dos jovens pobres e o mundo do trabalho, cuja realidade denuncia a existência de outros dilemas em suas vidas: subemprego, trabalho precário, dentre outros de sociabilidade numa territorialidade transitiva que expressa a crise do trabalho e da escola em tempos de globalização, de forma subterrânea, e a ausência de políticas públicas para os jovens em foco.

Alguns indícios apontam para determinadas consequências desse modelo: “o reflexo da precarização nas relações de trabalho, para não citar o aumento da desigualdade social” (ANTUNES, 2003). Sobre os jovens pobres, alguns dados indicam que a maioria trabalha sem carteira assinada e se constitui vítima do subemprego.

Somente 41,4% possuem empregos assalariados. Pondo à parte o ensino propedêutico, regular, o que se tem, como regra geral, é uma escola cujo desempenho não expressa e nem possibilita ao jovem pobre sua inserção no mercado de trabalho e nem numa cidadania plena. Com relação à taxa de desemprego, a mesma corresponde a 26,2% quando comparada a jovens pertencentes a classes média e alta, cuja taxa é de 11,6%. Quando o olhar recai sobre níveis de renda e escolaridade, os números frios da estatística revelam e reforçam as condições diferenciadas de ser jovem. Dos pobres, 38,1% estudam, enquanto para os jovens ricos inativos, ela é de 80% (POCHMANN, 2004).

E como, historicamente, a relação entre educação e trabalho vem sendo forjada por políticas sociais, pautadas na reprodução de um sistema de ensino propedêutico e técnico, numa lógica dual, que dissocia a formação profissional do sistema educacional, cuja dualidade define uma sociedade de exclusão, produzindo nos discursos dos jovens uma fala naturalizada

onde se privilegia o trabalho. “Trabalho” este no sentido muito mais de uma representação que o aproxima à tarefa, à ocupação simplesmente, perdendo-se a dimensão de que o trabalho é uma relação social, ou seja, “(...) a forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano, (...), o próprio ser humano” (FRIGOTTO, 2003, p. 31).

Neste sentido, vai se produzindo uma linguagem descaracterizada de trabalho, a partir de uma perspectiva de trabalho moralizante, utilitarista e individualista, num universo de uma parcela da juventude pobre. Isso não significa que tal representação não abarque outras dimensões da juventude numa sociedade de classes, mas percebê-la como uma lógica que reproduz, como já afirmamos, um discurso e uma prática dual ao separar, predominantemente, o trabalho intelectual do manual. Ressaltamos, inclusive, que não perdemos a dimensão de perceber que mesmo no trabalho configurado como manual há uma dimensão intelectual que o constitui e coloca o homem também numa relação de produção e de consumo.

A possibilidade de que os diversos setores da sociedade negociem coletivamente seus interesses está na essência da ideia de democracia. O ideal de democracia sempre contemplou uma educação escolar básica universalizada. Por meio dela, pretende-se consolidar a identidade de uma nação e criar a possibilidade de que todos participem. Neste contexto, a Educação, compreendida não apenas como os espaços formais de ensino, mas inclusive os processos formativos que ocorrem numa variedade de instituições e atividades, para além da escola, nas quais “os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável, pelo simples fato de existirem socialmente” (LIBÂNEO, 1992), é campo privilegiado de produção e difusão de conhecimento, de tal maneira, correndo o risco de ser utilizada como instrumento de conformação social, dado o grau de adequação às exigências do mercado.

Coloca-se, então, como questão central, as relações entre a qualificação profissional e as pressões impostas pelo movimento de globalização da economia de mercado. Especificamente, no que tange à produtividade e competitividade cujo papel dos recursos humanos ganha destaque e desvela um paradoxo: ao mesmo tempo, que pretende ser um elemento fundamental rumo à produtividade é também seu ponto mais vulnerável, sob constante ameaça de exclusão, e como, historicamente, a relação entre juventude, educação e trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que se pensa qual ocupação é destinada à juventude pobre, tal correlação com o tipo de escola não pode também ser desprezada. As diferenças entre a teoria da escola nos cursos de formação geral e as exigências do mercado de trabalho

acabam refletindo o papel da escola no processo de formação da classe trabalhadora.

Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.

BRASIL. MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2009.

_____. Constituição (1988). *Constituição Federal do Brasil*. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 10 maio 2010.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica sobre o salário. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CURY, C. R. J. *A Inclusão excludente na educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERRETI, C. J. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90. *Educação & Sociedade*, v.18, n. 59, ago. 1997.

FREIRE, A. M. A. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu) Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Graças até os Severinos*. São Paulo: Cortez: Brasília: INEP, 1989.

FRIGOTTO, G. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Trabalho e conhecimento, dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1987.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de Final de Século*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HARVEY, D. *A condição pósmoderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Magistério. Série Formação de Professores).

MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e Sociedade*. Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *A inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.